

QUANDO A RESISTÊNCIA DOCENTE SE TORNA MEDICALIZADA E CLASSIFICADA COMO PSICOPATOLOGIA

Flávia Cristina Silveira Lemos¹

flaviacslemos@gmail.com

Geise do Socorro Gomes²

geisepsi@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo teve o objetivo de apresentar uma discussão breve e panorâmica de uma conjuntura em que as trabalhadoras docentes estão sendo desvalorizadas, desqualificadas, patologizadas, psicopatologizadas, pouco ouvidas pelo coletivo e que têm seus direitos violados, inclusive pelo próprios professores e colegas próximos, sendo que uma das formas mais recorrentes deste ato é a medicalização e a violência cotidiana, nas relações sociais, entre docentes, alunos e outros trabalhadores da educação infantil, fundamental e superior, na graduação e na pós-graduação. O uso de termos da psicopatologia e de seus manuais para classificar mulheres professoras, em geral, para desautorizá-las, é um aspecto constante e pode ser retratado na escuta de docentes mulheres, no campo da atuação educativa, resultando em muitos afastamentos e dores, desamparos e estigmas.

Palavras-chave: Mulheres. Docentes. Psicopatologização. Medicalização. Estigma.

Abstract: This paper aimed to present a brief discussion and overview of a situation in which workers are teachers being devalued, disqualified, patologizadas, psicopatologizadas, rarely heard by the collective and that their rights have been violated, including the teachers themselves and close colleagues, and one of the most recurrent of this act is the medicalization and everyday violence in social relations between teachers, students and other employees of kindergarten, elementary and higher education, at the undergraduate and graduate levels. The use of terms of psychopathology and their manuals to classify women teachers, in general, to deauthorize them is a constant and can be portrayed in listening to women faculty in the field of educational activities, resulting in removals and many pains, stigmas.

Keywords: Women. Teachers. Psychology. Medicalization. Stigm.

Este artigo objetiva colocar em visibilidade as práticas medicalizantes dos corpos de mulheres pelo dispositivo da sexualidade, em claro procedimento de violência de gênero, na sociedade contemporânea. Em especial, este texto tem o objetivo de efetuar uma crítica à desqualificação de mulheres docentes, na atualidade, por meio de carimbos e rótulos estigmatizantes de cunho psicopatológico.

O enquadramento de mulheres professoras em estereótipos e nomeações que visam colocar em xeque sua competência no trabalho, na esfera pública, na família, na cultura, na política, na gestão,

na sociedade, de maneira geral, são formas de operar sexistas e de preconceito de gênero, gerando sofrimento intenso, com dores adicionais resultantes de um conjunto de situações de desigualdades sociais e econômicas vividas por professoras mulheres.

A noção de que o magistério é basicamente um trabalho de mulheres fica mais presente na educação infantil e na fundamental. No ensino superior, este quadro se inverte, especialmente, em vários cursos e profissões. Neste grau de atuação a desqualificação de mulheres pelos colegas docentes homens pode ser bem mais intensiva e, assim, explicitar a ideia de que o homem é mais racional e a mulher mais emoção, mero preconceito que desemboca em preconceitos e cristalização de estigmas.

Mulheres docentes também podem se medicalizar, violentarem-se e se desqualificarem entre si, disputando os poucos espaços políticos que podem ocupar, até mesmo as possibilidades concretas de ascensão na carreira e o reconhecimento social dos alunos e demais funcionários das universidades.

A fragilidade feminina, constituída pelo discurso religioso, médico, jurídico e educacional é também constituinte de sua proteção e tutela. A professora terá de ser produzida, então, em meio a aparentes paradoxos, já que ela deve ser, ao mesmo tempo, dirigida e dirigente, profissional e mãe espiritual, disciplinada e disciplinadora (LOURO, 2007, p. 454).

A racionalidade de que a mulher deve trabalhar com abnegação, dedicação, humildade, sacrifício, disponibilidade, submissão e sensibilidade tem sido apreçada secularmente, conforme estudos de Louro (2007). Contudo, resistir a este modelo e/ou a ele não se assujeitar implica em ser psicopatologizada de modo rápido e acrítico, o que está intrinsecamente relacionado à histórica de violência de gênero e aos ranços machistas e patriarcais muito vivos ainda hoje.

Assim, a prática de desqualificação é uma nomeação negativa de alguém, é psiquiatrizar a subversão e o desvio das normas esperadas socialmente, de modo a colar na resistência a doença, o transtorno, a síndrome e uma série de palavras que remetem ao campo da anormalidade e da patologia.

Os discursos que visam desqualificar pela anormalidade estão vinculados a uma rede de equipamentos, aparatos, saberes, recortes de falas e difusão de preconceitos e de táticas de controle dos dizeres e das maneiras de rotular e segmentar os corpos em instituições e por meio de regulações instrumentais de cunho histórico e econômico.

A produção do discurso em nossa sociedade é indissociável de uma série de procedimentos de controle, de seleção, de organização e de redistribuição dos enunciados e dos sujeitos, procedimentos estes voltados para afastar os poderes e os perigos do discurso, para dominar seu aparecimento aleatório, para esquivar sua própria materialidade (ALVAREZ, 1999, p. 74).

Scott (1995) já destacou como os discursos negativos a respeito das mulheres se materializam por meio de uma rede de relações sociais e históricas, constituídas de modo a configurarem sistemas de repartições, operacionalizados por práticas divisórias dos corpos, enquadrados em lugares subjetivos e institucionais determinados, em meio a saberes e poderes, co-extensivos produtores de estigmas.

Com efeito, o que é o racismo? É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. No contínuo biológico da espécie humana, o aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros (FOUCAULT, 1999b, p. 304).

Para Chauí (1985), as mulheres permanecem, ainda hoje, como cidadãs da esfera privada e doméstica, que demandam o governo dos homens, na instância pública. A exclusão da mulher do campo da palavra e da ação se perpetua, na sociedade atual sob diferentes práticas e em diversos espaços institucionais.

Deste modo, a ausência de autonomia da mulher, sua sujeição à esfera privada e ao governo de outrem é parte da trama complexa que produz relações pautadas na violência, na atualidade, apesar de contínua luta dos movimentos sociais feministas pela conquista da construção de uma cidadania efetiva para as mulheres (CHAUÍ, 1985).

A impotência política anda junto com a violência e com a quebra de solidariedades, engendrando sentimentos de medo e de insegurança instalados como dispositivos de subjetivação, em uma sociedade que impossibilita a participação democrática e a conversação entre diferenças, em seu cotidiano.

Pensar as diferenças fora do campo das identidades e buscando remetê-las ao da multiplicidade traz um novo foco para o debate e nos auxilia a interrogar a criação de modos de existência

generificados e sexistas, em aliança com dimensões de raça/etnia, de escolaridade, de religião, de faixa etária e de classe social.

De acordo com Scott (1995), é relevante rejeitar “o caráter fixo e permanente da oposição binária” construída com base na hierarquização entre os gêneros, problematizando “a forma pela qual opera qualquer oposição binária” (SCOTT, 1995, p. 84).

A separação dos corpos e a qualificação/desqualificação destes por questões de gênero em relação com a valorização e a desvalorização social está ligada aos processos de psicopatologização de certos grupos sociais, tais como as mulheres, e traz a marca do preconceito, que, somado à desvalorização do trabalho docente, torna-se mais problemática e dolorosa, na atualidade.

A desautorização da fala e dos atos docentes de mulheres e, sobretudo de suas posições subjetivas e políticas como professoras que resistem ao assujeitamento sexista e de gênero, é uma tentativa de fragilizá-las, pressioná-las, silenciá-las, desestabilizá-las de maneira a deixá-las à margem das decisões importantes na gestão, no âmbito do trabalho, ou ainda desqualificarem-nas no exercício profissional. Essas práticas produzem efeitos de sofrimento que têm sido intensamente medicalizados e pouco questionados no campo das intervenções educativas e de saúde mental e coletiva das trabalhadoras docentes.

Esses acontecimentos apontam para um aspecto histórico em que os corpos de mulheres, em especial, foram e têm sido alvo de intensa medicalização, em nome da defesa da sociedade, sobretudo, das que rejeitavam a submissão à estatização e ao poder médico-psicológico. A mulher foi construída como frágil, como pacífica, como meiga, menos regrada e com baixo pensamento lógico, sempre comparada ao homem, apresentado como modelo e ideal de saúde e de capacidades variadas.

[...] ‘homem’ e ‘mulher’ são, ao mesmo tempo, categorias vazias e transbordantes. Vazias, porque não têm nenhum significado último, transcendente. Transbordantes, porque mesmo quando parecem estar fixadas, ainda contém dentro delas definições alternativas, negadas ou suprimidas (SCOTT, 1995, p. 93).

A sociedade moderna edificou pequenos tribunais normalizadores dos corpos, utilizando os dispositivos do exame, a sanção normalizadora e a vigilância contínua como maneira de julgar e de classificar por meio de saberes e de poderes disciplinares e biopolíticos os corpos como normais e como anormais, por meio da aproximação e do afastamento das normas sociais, estabelecidas como modelos a obedecer (FOUCAULT, 1999).

A psiquiatria, na virada entre os séculos XVIII e XIX, conseguiu sua autonomia e se revestiu de tanto prestígio pelo fato de ter podido se inscrever no âmbito de uma medicina concebida como reação aos perigos inerentes ao corpo social (FOUCAULT, 2004, p. 09).

De acordo com Foucault (1979), a partir da segunda metade do século XIX, o casal começa a ser medicalizado e passa a se reorganizar centrando-se nos filhos, tornando-se um núcleo de densidade afetiva. A medicalização centrou-se na exigência de uma higienização do Estado, da cidade, da família e dos trabalhadores, como ação de saúde pública e dispersão política, simultaneamente. (FOUCAULT, 1979).

A medicina social era uma prática de governo em nome do cultivo da saúde, mas também um vetor de organização da população em segmentos saneados por valores individualistas e burgueses, operacionalizando uma quebra das resistências das massas, sobretudo no final do século XIX e início do século XX, o que implicava na criação de uma projeto político de defesa da sociedade e de docilização dos corpos.

Foucault (1988), em História da Sexualidade I, assinala que, por meio da biopolítica, por volta da segunda metade do século XIX, a vida entra na história, forjada como espécie biológica e como valor a cultivar e a zelar, em nome da defesa da sociedade. O dispositivo tem um sentido e uma função metodológica, e é compreendido por Foucault como,

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 1979, p. 244).

[...] a sexualidade está ligada a dispositivos recentes de poder; esteve em expansão constante a partir do século XVII; a articulação que a tem sustentado, desde então, [...] vinculou-se a uma intensificação do corpo, à sua valorização como objeto de saber e como elementos nas relações de poder (FOUCAULT, 2005, p. 101-102).

Nesse sentido, Castel (1981, p. 101) também aponta como, na contemporaneidade, os saberes médicos e psicológicos tornaram-se vetores de uma política diferencial de governo às populações, que vai bem mais além do que a de simples cuidado, pois esta orientação pode se apoiar ao mesmo tempo em tecnologias altamente sofisticadas, como a informática, e em uma nova administração do setor social, e, posteriormente, ser reorientada ao redor da prevenção sistemática dos riscos.

Engel (2007) relata como o homem foi colado a uma condição de cultura e a mulher a uma condição de natureza, em evidente processo para a desqualificação desta, identificada como instável emocionalmente, como sensível ao excesso, como desestruturada, movida pelas paixões e não pela razão, e que ainda ser culpabilizada pelas dificuldades dos filhos e até mesmo do casamento, caso fugisse dos lugares definidos socialmente para ela. Desse modo, é que “o poder psiquiátrico, antes de ser uma cura, seria certa maneira de administrar, um regime, uma tentativa de subjugar” (FONSECA, 2002, p. 68).

A psiquiatria, nos anos 1850-1870 abandonou ao mesmo tempo o delírio, a alienação mental, a referência à verdade e, enfim, a doença. O que ela assume agora é o comportamento, são seus desvios, suas anomalias; ela toma sua referência num desenvolvimento normativo (FOUCAULT, 2001, p. 392-3).

O esfacelamento das mediações políticas e institucionais democráticas, republicanas e participativas gera como efeito uma sociedade medicalizada, em que a família foi exaltada como o seu principal sustentáculo, em uma perspectiva funcionalista. Psiquiatrizar mulheres é um modo de docilizar e reduzir a potência política de crítica e de resistência, silenciando as dores e os analisadores sociais e históricos que forjaram o sofrimento no trabalho, na família e na rede de amizade e de relações trabalhistas.

Diante deste cenário de despolitização e anestesia social, a violência seria um último mecanismo no jogo de relações de poder e resistência permanente entre os corpos. A dramática do trabalho docente pode ser transformada em uma problemática, com vistas a colocar em xeque os resquícios machistas, racistas e patriarcais, que se atualizam em diagnósticos médicos feitos por alguns segmentos desta profissão, por outros profissionais e ainda por pessoas do cotidiano, de modo que se tornou banal e corriqueiro ouvirmos mulheres professoras sendo chamadas de surtadas e desequilibradas, instáveis emocionalmente e desestruturadas, por colegas de trabalho, em geral, homens; mas também por mulheres que, no meio da disputa e da competição, pouco se solidarizam umas com as outras, nas práticas educativas, nas escolas e nas universidades.

Esse quadro é parte de uma situação mais ampla e complexa, que vem ocorrendo mundialmente, que é a exigência de performances cada vez mais competitivas, individualistas e pouco críticas, marcadas por rápidas capturas em discursos biologizantes como racionalidade explicativa dos desvios e divergências nas relações em frente das normas, hoje pouco negociadas no plano das sociabilidades.

A impossibilidade de tecer redes com a comunidade política constituiria um dos vetores para a construção de uma sociabilidade pautada na violência, de acordo com Arendt (2003), pois, implicaria em uma saturação de demandas e expectativas no trabalho, exigindo da mulher uma performance mais produtiva como forma de compensar os preconceitos e desqualificações dos quais é alvo. Para esta autora, a política não está limitada à esfera governamental, é materializada por uma cultura política que demanda a difusão de valores democráticos, pautando as relações, nas diferentes instâncias e lugares em que os laços sociais são produzidos e constituídos.

A ausência de democracia participativa teria como efeito um modo utilitarista de habitar a esfera pública, e uma concomitante inflação de demandas afetivas na esfera privada. O consumismo, como modo de habitar a cidade e de se relacionar, e o uso utilitário do espaço da cidade esvaziou sua dimensão política (RANCIÈRE, 1996).

A intensidade cada vez maior de encomendas de competição no trabalho e de exigências altíssimas de desempenho por metas, somada ao esgarçamento da solidariedade e dos laços sociais estão na base do sofrimento docente no trabalho (SORJ, 2001).

Novos modos de subjetivação estariam em jogo, na sociedade contemporânea e, conseqüentemente, atravessariam a instituição violência, compondo-a como um acontecimento analisador de determinados modos de vida que se configuram a partir de uma sociabilidade.

Neste sentido, violência e medicalização podem andar juntos e entrar em composição como moduladores de anestesia para a dor e como efeitos da dor, em uma sociedade que não aceita o sofrimento, o choro, a tristeza, a crítica, a fala subversiva, a dissidência e que reitera uma ilusão de felicidade, de alto desempenho e de saúde, salvação idealizada, em uma verdadeira subjetividade biotecnológica e de estilo medicalizado de viver. Conforme Deleuze (1992), a subjetividade é um território existencial, uma dobra do fora que não se desgruda deste. Os modos de subjetivação implicam em forças que atravessam e constituem a subjetividade, desterritorializando-a.

Mulheres docentes estão, em geral, em carreiras do campo do cuidado, da licenciatura, da saúde, do serviço social, da educação, da enfermagem, da psicologia, da nutrição, da fonoaudiologia, da fisioterapia e, raramente, nas áreas tecnológicas e da ciência olítica, do direito, do cálculo.

Este efeito não é natural, mas aponta um processo anterior, dos níveis iniciais até da pós-graduação, que deve ser alvo de crítica e de descriminalização para que novas possibilidades se abram e mulheres tenham lugares, na docência, tanto quanto os homens, e que ambos não sejam medicalizados ou desqualificados como docentes por rótulos psicopatológicos como forma de violência de gênero e de violência simbólica/institucional, ao carimbar, pelo negativo, colegas de atuação docente, em especial, as mulheres.

Este texto trouxe algumas pistas de uma das situações que têm impactado a educação na sociedade, que consiste nas dores do trabalho docente e nos afastamentos desse contexto como forma de proteção que pode ocorrer, inclusive, por meio de diagnósticos e de perícias de afastamento no trabalho.

Todavia, também tem ocorrido constantemente como forma de minar e boicotar, de pressionar e cooptar colegas de atuação, pelo uso banalizado de classificações psicopatológicas, que demonstram a falta de solidariedade e de respeito entre professores, em especial, no ensino superior. O tema é complexo e demanda aprofundamento, mais leituras e estudos que possam explicitar as violências de gênero presentes na docência.

REFERÊNCIAS

- ARENDETT, H. "Sobre a violência". In: **Crises da República**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- BOARINI, M. L. **Higiene e Raça como projetos**: higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá: EDUEM.
- CAPONI, S. **Da compaixão à solidariedade**: uma genealogia da assistência e médica. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.
- CARDOSO Jr., H. R. **Tramas de Clio**: convivência entre filosofia e história. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.
- CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CASTEL, R. **A discriminação negativa**: cidadãos ou autóctones? Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. **A gestão dos riscos**: da antipsiquiatria à pós-psicanálise. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.

- CHAUÍ, M. "Participando do debate sobre mulher e violência." **Perspectivas antropológicas da mulher: sobre mulher e violência**. v. 4. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. pp. 25-62.
- COLOURIS, D. G. **Violência, gênero e impunidade**: a construção da verdade nos casos de estupro. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista, 2004.
- DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- EWALD, F. **Foucault, a norma e do direito**. Lisboa: Veja, 1993.
- FONSECA, M. A. da. **Michel Foucault e o Direito**. São Paulo: Max Limonad, 2002.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.
- _____. **Vigiar e punir**: a história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1999b.
- _____. **O poder psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- _____. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GREGORI, M. F. **Cenas e queixas**: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: ANPOCS, 1993.
- RANCIÈRE, J. **O desentendimento**: política e filosofia. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.
- ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2005.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 16 (2): 5-22, jul-dez, 1990.
- SENNETT, R. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade**. Trad. Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

¹ Profa. adjunta III em psicologia social/UFPA, Doutora em História/UNESP.

² Profa. Ma. em Psicologia/IPIRANGA, Psicóloga e Mestre em Psicologia/UFPA.